

133

O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SUL DO BRASIL. *Frederico Hartmann de Souza, Patrícia Palermo, Marcelo Savino Portugal (orient.)* (UFRGS).

Estudar a acessibilidade aos serviços de saúde no Brasil é fundamental para analisarmos a existência ou não de disparidades no acesso. A Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu um novo marco na abordagem da saúde pública e privada no país, mas permanecem distorções nas oportunidades de utilização dos serviços para necessidades iguais. Além disso, o mercado de bens de saúde possui aspectos que o tornam singular, dificultando a análise da demanda e oferta do mesmo. Para se compreender a disparidade no acesso, analisou-se informações sobre gênero, escolaridade, renda, etc. e dados sobre a utilização de serviços de saúde. Com a utilização de programas de informática, como SPSS, STATA e EXCEL, realizou-se a análise descritiva dos dados, através da construção de tabelas com informações sobre a região sul do país, contidas na PNAD. Para auferirmos a utilização do serviço de saúde, utilizamos os dados referentes às perguntas sobre internação hospitalar e consultas médicas nos últimos 12 meses. Nos três estados pesquisados, o percentual de indivíduos do último decil de renda que procuraram médico nos últimos 12 meses foi significativamente maior do que o percentual do primeiro decil. O mesmo não ocorre ao analisarmos se houve internação nos últimos 12 meses, pois o percentual de pessoas do primeiro decil que se internou foi maior do que o de pessoas do último decil. Portanto, percebe-se que há disparidade no acesso a serviços de saúde, entretanto ela não é uniforme ao comparar-se serviços de consulta e internações. Embora a CF de 1988 estabeleça o acesso universal à saúde, permanece o esforço para uma distribuição equitativa no acesso e o desafio de desenhar mecanismos de incentivos que diminuam a perda de bem-estar verificada. (PIBIC).